

O social versus o ajuste econômico: o falso debate.

Quem conhece Marcos Lisboa sabe como deve ter sido difícil para ele debater com **Marcelo Neri** sobre desigualdade de renda e os desafios para a continuidade deste processo ([veja o debate aqui](#)).

O grande problema nesse debate é que, de acordo com o **Marcelo Neri**, há dois modelos em disputa. Um modelo que prioriza o ajuste macro e um outro modelo que priorizaria a continuidade da queda da pobreza e desigualdade. Ou seja, estaria em disputa o modelo dos homens gananciosos e egoístas da Faria Lima, da Paulista e da Vieira Souto contra o modelo dos bons que favorece o semi-árido nordestino, baixada fluminense, etc. Como coloca **Marcelo Neri**:

“Eu acho que existe uma lógica. Quando a desigualdade cai durante 12, 13 anos consecutivos – e começou a cair em 2001 – ela beneficia um mais uns do que outros. Isso mexe com interesses. Não estou falando que esse é o seu projeto... Estou fazendo o contraponto porque acho que a gente está num momento em que existe uma polarização que é muito ruim para o País. E há razões de economia política por trás disso...”

Marcelo insiste neste ponto. Meu amigo Marcos Lisboa adverte, no entanto, que este é um falso debate, pois ninguém seria contra a redução da pobreza e da desigualdade de renda, mas sim a melhor forma –leia-se política econômica- para continuar com esse processo. Marcos Lisboa lembra que:

“Essa polarização agrada à política. Agrada à retórica. Vai de encontro aos temas centrais. A questão é: a política social no Brasil não é conquista de um governo. É uma conquista da sociedade e precisa ser preservada. Estamos ainda hoje nos beneficiando do que o País construiu em 20 anos. Infelizmente, houve essa opção pelo protecionismo, pelo fechamento da economia, por essa agenda de concessão de benefícios a setores escolhidos que batem em Brasília – um benefício tributário para o setor A, para o setor B, uma proteção para a indústria C. Minha preocupação é que isso vai colocar em risco tudo que eu e você, Marcelo, acreditamos que seja o melhor para o social.”

A tese do Marcos é muito simples: a estagnação do crescimento da produtividade e logo, o baixo crescimento da economia, colocam em risco as conquistas sociais que não é de um ou dois governos, mas de vários. Acho que o próprio **Marcelo Neri** falava isso. Por exemplo, vamos dar uma olhada em um longa entrevista que **Marcelo Neri** deu, em 2010, ao jornalista Fernando Dantas do Estado de São Paulo ([clique aqui](#)). Destaco alguns trechos desta entrevista.

Fernando Dantas: A pobreza e a desigualdade caíram por causa dos programas sociais?

Eles ajudaram, sem dúvida, mas o grande destaque é a renda do trabalho. Basicamente, 70% do aumento de renda média, e 2/3 da redução da desigualdade no Brasil desde 2003 se deve à renda do trabalho. No Nordeste, que seria a terra dos programas sociais, a chamada economia sem produção, a renda do trabalho e a renda total crescem na mesma taxa, ou seja, há algo mais sustentável no Nordeste do que se pensa.

Fernando Dantas: Por que isso está acontecendo?

Provavelmente as pedras fundamentais foram colocadas lá no Plano Real, que deu estabilidade para o governo e para as empresas, e proporcionou as condições de se pensar o futuro, uma agenda mais estrutural, e, inclusive, se pensar em colocar todas as crianças na escola. Os resultados que vemos hoje têm por trás um longo período de boas políticas econômicas e sociais, e o Plano Real talvez tenha sido o momento inicial desse processo.

Fernando Dantas: A educação está ligada ao aumento da renda do trabalho?

Sim. Nós tínhamos 16% das crianças de 7 a 14 fora da escola em 1990, em 2000 esse número já tinha caído para 4% e agora está em 2%. Então, à medida que essas crianças, que eram adolescentes nos anos 90,

chegaram ao mercado de trabalho, com a inflação baixa, a sociedade sabendo que não viria mais um plano econômico maluco para embaralhar as cartas, a economia começou a produzir esse crescimento chinês na base da distribuição. Houve abertura da economia, estabilização, reforma meia-sola da Previdência, privatização. Isso traz custos imediatos mas, em prazo mais longo, a economia ganha competitividade. E as próprias crises dos anos 90 obrigaram o Brasil a fazer o dever de casa, com ajuste fiscal, o Proer, que deu solidez ao sistema bancário, etc.

Marcelo inclusive, era até um pouco radical ao defender, em 2010, que o governo Dilma, que começaria em 2011, não desse aumentos reais para o salário mínimo. Como ele afirmou ao ser questionado sobre esse tema:

Fernando Dantas: Como o sr. analisa o papel do aumento real do salário mínimo na redução da pobreza?

Estudos que fizemos na década de 90 mostram que, logo depois do Real, o aumento do salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100 foi responsável por boa parte a redução de pobreza. Foi uma queda instantânea, logo em maio de 95 caiu 11%. Isso aconteceu porque o salário mínimo era muito baixo, e pegava os pobres. *Mas, ao longo dos anos, o salário mínimo foi aumentando de valor, tendo dobrado em termos reais desde 2000. Hoje em dia, esses efeitos positivos de redução de pobreza e de desigualdade foram perdidos*, o que os dados mostram com clareza, numa análise mais minuciosa, como a dos aumentos de 2005 e 2006. Não é que a pobreza não caiu, é que tem de olhar com lupa para ver o efeito sobre as pessoas que são afetadas pelo mínimo.

Fernando Dantas: O que o sr. faria em relação ao mínimo?

Acho que deveriam parar de aumentar o salário mínimo em termos reais. Porque as pessoas já não são mais pobres. Quem recebe um salário mínimo, ou quem tem na família alguém que recebe um mínimo, já não é mais pobre, por definição. Com um salário mínimo de R\$ 510, você está fazendo política para a classe C, no máximo D. E o que a classe C precisa é de mais acesso a mercado. É a classe E que precisa necessita de ação do poder público, e o Bolsa-Família é o caminho para isso. Eu daria toda a ênfase ao Bolsa-Família, e riscaria os reajustes do salário mínimo. Eu sei que quem fala disso apanha à beça, mas faz parte...

Gosto muito dos dois economistas, tenho um grande respeito pelos dois. Mas todos sabem da minha amizade e admiração por Marcos Lisboa que é talvez um dos economistas mais completos do Brasil e uma das pessoas que mais contribuiu para o debate econômico.

Em resumo, vale destacar três pontos. Primeiro, como se pode ver acima, **Marcelo Neri** concordava, em 2010, com a tese que Marcos Lisboa defendeu no debate desta semana no jornal o Estado de São Paulo e, em alguns aspectos, chegava até mesmo ser mais radical do que Marcos. A tese é que precisamos de uma economia ajustada do ponto de vista macro e micro para que o crescimento da produtividade e, logo, do PIB possam se transformar em redução da pobreza e desigualdade.

Segundo, meu colega Armínio Fraga foi nos últimos meses atacado recorrentemente nas redes sociais porque falou que, nos últimos 20 anos, houve um forte crescimento real do salário mínimo. Uma verdade. **Marcelo Neri**, que é Ministro do governo Dilma, não apenas falou a mesma coisa como foi além: aumentos do mínimo perderam eficácia como política de combate a pobreza e reajustes reais do salário mínimo deveriam ser “zero”. Quem fala isso não é um neoliberal, mas um acadêmico comprometido com estudos da pobreza e que hoje é Ministro de um governo do PT. (PS: dado o desastre do baixo crescimento, o crescimento real médio do salário mínimo nos próximos três anos será de 1% ao ano. Assim, essa regra não pesará tanto nas contas fiscais do próximo governo, se voltarmos a crescer).

Terceiro, os dados da PNAD divulgados ontem mostram que a desigualdade de renda não diminuiu desde 2011 e que, em 2013, houve aumento da taxa de desemprego. Esses dados da PNAD batem exatamente com o alerta que Marcos Lisboa fez no debate com **Marcelo Neri** no Estado de São Paulo. O mesmo alerta tem sido feito por vários economistas, eu inclusive, e somos todos tachados de pessimistas.

O que está em jogo nesta eleição não é ser contra ou a favor da redução de pobreza e desigualdade. O que está em debate é o modelo econômico atual, a Nova Matriz Econômica, que se baseia no forte crescimento da dívida pública, concessão excessiva de subsídios, falta de transparência fiscal, aumento da proteção da economia e

políticas setoriais discricionárias para reduzir o efeito negativo da atual política macroeconômica nos diversos setores da economia. Com essa política, será difícil continuar com mais uma década inclusiva.

[About these ads](#)